

# O estudo das relações internacionais no Brasil: a crítica da relevância e a relevância da crítica

## The study of international relations in Brazil: the critique of relevance and the relevance of the critique

Rogério de Souza Farias\*

Meridiano 47 vol. 12, n. 123, jan.-fev. 2011 [p. 14 a 22]

Ao final de outubro, tive a felicidade de encontrar o último número da revista *Política Externa* em uma banca de revistas em Brasília. O periódico cumpre função salutar, ao trazer contribuições aos debates contemporâneos sobre política internacional, tanto de acadêmicos do estado da arte das relações internacionais quanto de altos decisores das carreiras de Estado. O número adquirido – volume 19, nº 2 – não é diferente. Centrado em vários ensaios sobre a inserção global do Brasil no século XXI no contexto da disputa eleitoral, temos contribuições de Clodoaldo Bueno, Paulo Roberto de Almeida, Roberto de Azevedo, Fábio Wanderley Reis, Marcos de Azambuja, Luis Fernando Ayerbe, Christian Lohbauer, Carlos Eduardo Lins da Silva e José Goldemberg – para citar a mais importantes.

A surpresa mais grata do volume foi sem dúvida a contribuição de Fábio Wanderley Reis, um dos decanos das ciências sociais no Brasil, intitulada “Política externa, democracia e relevância” (Reis: 2010b). Ignoro se o trabalho foi comissionado pelos editores da revista ou se partiu de iniciativa do próprio autor; de qualquer maneira, o texto aproveita a percepção da elevação de status do país no cenário internacional para examinar, entre outras coisas, a relevância objetiva das relações internacionais e da política externa para o país, como os problemas correspondentes são examinados aos olhos dos cidadãos e como essas duas questões ligam-se com “a qualidade dos estudos e análises realizados pelos que se dedicam profissionalmente ao assunto, em particular, naturalmente, no âmbito acadêmico” (do resumo do artigo).

A perspectiva de um acadêmico de prestígio como Wanderley Reis examinar, mesmo que incidentalmente, a área de relações internacionais (RI) no Brasil é um privilégio. A iniciativa é ainda mais importante pelo fato de o autor não militar na área, apesar de ser renomado cientista político. Com efeito, nos últimos anos vários acadêmicos da área produziram exames panorâmicos das fragilidades e avanços da disciplina acadêmica no Brasil (Almeida: 1993; Barros: 1985; Cervo: 1992; Cheibub e Lima: 1983; Fonseca Jr.: 1987; Herz: 2002; Lessa: 2005; Miyamoto: 1999; 2003; Santos: 2005; Santos e Fonseca: 2009). A leitura de um exame externo sempre seduziu-me, mas até então pensava mais em nomes da economia com alguma ligação acadêmica com a área de RI – como Marcelo de Paiva Abreu – do que um cientista político ou sociólogo para desempenho de tal tarefa. Essa expectativa talvez decorresse do excelente trabalho do economista Barry Eichengreen no final da década de 1990 publicado no prestigioso *International Organization*. Eichengreen trabalha na área de história econômica e economia internacional, fronteiras da área de RI, e no texto comparativo chega à conclusão que a maior diferença entre a disciplina de RI e a de economia é a conexão entre teoria e trabalho empírico (Eichengreen: 1998).

\* Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (rofarias@gmail.com).

Para quem acompanha os editoriais e o debate da área na imprensa brasileira, o nome de Wanderley Reis já poderia ser esperado para tal exame. O autor, em março de 2010, publicou artigo no jornal Valor Econômico, apresentando vários argumentos que serão reproduzidos, *in totum*, no texto de outubro (Reis: 2010a). O artigo de Wanderley Reis na Política Externa é denso e complexo. Assim como sua contribuição no Valor Econômico, muitas vezes é confuso, analiticamente desordenado e conceitualmente impreciso. Traz, ao mesmo tempo, questionamentos perspicazes e afirmações despropositadas. Diante desse emaranhado de teses questionáveis e valiosas contribuições, nesse breve artigo examinarei somente as referências do autor à área acadêmica de relações internacionais no Brasil (parte final do artigo dele). Essa análise não pretende ser o revide de um *turf war*, pois busca somente discutir algumas assertivas do autor e apresentar outros aspectos que, embora centrais em uma crítica à área, foram deixados de fora.

Wanderley Reis inicia o exame da área afirmando que, apesar da tradição do Itamaraty na diplomacia, “não chegamos a desenvolver tradição de pesquisa e reflexão acadêmica mais rigorosa e profícua”. Ele acredita que essa situação vem mudando com a expansão das instituições especializadas em relações internacionais, mas mesmo assim acredita que a produção na área “ainda é a de acompanhamento e comentário inteligente (...) do noticiário a substituir-se à pesquisa sistemática e analiticamente mais ambiciosa, talvez de cunho nomológico e de pretensões generalizantes, e não fundada apenas na aplicação do sentido comum ao relato “ideográfico” dos eventos.” A relação da academia com o jornalismo não é incidental. Um dos argumentos de Wanderley Reis ao longo do artigo é a tese de que a imprensa muitas vezes propala considerações sem correspondência com as percepções da população em geral, cristalizando uma concepção de “opinião pública” que nada mais é do que as ideias e as opiniões de uma elite. Para ele, o maior risco para a área de relações internacionais é “colocar-se a reboque da discussão jornalística”.

Entre os maiores problemas que essa situação poderia ensejar é a propagação da tese de separação da política externa da política ou “salientar o que pode haver de sacrossanto, em termos de “interesse nacional”, na política externa (...) fazendo dela o objetivo de um necessário “consenso suprapartidário” e tornando problemático para a oposição pretender trazer a política externa ao debate eleitoral”. Para ele, essa posição envolveria uma afinidade “com o autoritarismo de feição tecnocrática” e seria muito ruim excluir do processo eleitoral e da deliberação democrática o debate sobre os fins da política externa – que seriam considerados como dados e não problemáticos por uma perspectiva tecnocrática e elitista. A visão consensual, tecnocrática e elitista, assim, traria grandes problemas ao campo por tirar a política externa do confronto cotidiano da política. É por isso que ela deveria ser substituída por uma perspectiva mais democrática.

O autor segue, então, para a análise de um trabalho concreto no qual alguns desses problemas são explícitos – o livro *A agenda internacional*, de Amaury de Souza. Ele resenha o livro, mas ao considerar que o trabalho busca o levantamento de opiniões e ideias sobre política externa, processando-as estatisticamente, Souza não utiliza a amostragem da população ou do eleitorado, trabalhando somente com um conjunto de indivíduos definidos como compoendo a “comunidade de política externa”. Não haveria, dessa forma, uma discussão sobre como a escolha dos indivíduos afetaria questões de representatividade estatística ou de representação democrática.

Convém observar que a avaliação de Wanderley Reis não examina somente a academia brasileira, pois pretende perscrutar várias dificuldades “inerentes à disciplina dedicada às relações internacionais em si mesma”. Ele volta-se, assim, contra uma suposta premissa da área: a de ter “como referência decisiva antes de tudo entidades coletivas nacionais que, apesar de sua enorme complexidade, são tomadas como atores singulares”. Para ele, “parte decisiva dos problemas” que afetariam a área decorreria da concepção de transferir o cálculo racional à coletividades personificadas no Estado e não aos indivíduos.

O autor do artigo diz não ser especialista da área e suas únicas fontes para fazer o exame acadêmico da disciplina aparentemente são notícias da imprensa, esparsas reuniões com militantes da área e, marginalmente, alguns livros. A análise da área realizada por Wanderley Reis em muitos aspectos consegue ser um espelho de sua

própria crítica – um “comentário inteligente” e superficial. Mas ela traz vários questionamentos importantes. O primeiro é até que ponto estamos presos ao “acompanhamento e comentário inteligente” do noticiário. Para os que acompanham as publicações periódicas nacionais da área (Contexto Internacional, Revista Brasileira de Política Internacional, Cena Internacional e Política Externa), tal afirmação é descabida. Poucos trabalhos estruturam-se com base na agenda passageira do noticiário. Temos, nessa rica literatura, desde artigos teóricos de alto nível de abstração até narrativas históricas estruturadas em rica pesquisa em arquivos primários. Os livros publicados no país também estão longe de acompanhar o noticiário ou serem mero “relato ‘ideográfico’ dos eventos”. O que talvez incomode o autor seja a atuação de acadêmicos na grande imprensa nacional ou em iniciativas de acompanhamento da agenda internacional. Isso, todavia, é algo bastante distinto do esforço cotidiano produzido nas torres de marfim dos centros acadêmicos brasileiros. Nas páginas do Valor Econômico, da Folha de São Paulo, do Estado de São Paulo e d’O Globo não é incomum grandes nomes de referência da academia trabalharem com o foco na opinião. Aqui, sim, há o debate e o comentário do noticiário. A atuação deles em nada se diferencia da forma como sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores tratam assuntos hodiernos. Há até iniciativas voltadas para a dinâmica cotidiana da política internacional, como a Carta Internacional, o Boletim Meridiano e o Observatório da Política Sul Americana. Mas essas atividades não devem ser confundidas como o centro do esforço acadêmico – esse cuidado é demonstrado, por exemplo, na crítica de Jeffrey Frieden e David Lake à disciplina (Frieden e Lake: 2005, 138). Afinal, o conhecimento de uma área acadêmica ainda não se constrói nas páginas de editoriais, nem é necessariamente determinado por essas contribuições.

Mesmo com essas considerações, as invectivas de Wanderley dos Reis são importantes para tratarmos de um assunto correlato. De que forma o nosso conhecimento especializado traz vantagens analíticas no exame dos eventos do conturbado mundo contemporâneo nas páginas de jornais e revistas? Em 1996, Ngaire Woods trabalhou a questão em um capítulo de livro. Segundo Woods, a forma de trabalhar as centenas de fatos de forma adequada é utilizar termos, conceitos e teorias que nos ajudam a descrever, explicar e prever (Woods: 1996). A academia brasileira em relações internacionais talvez não possa se orgulhar de ter formulado sofisticados conceitos e teorias dos quais Woods nos fala, mas certamente é familiarizada com as principais ferramentas conceituais e teóricas disponíveis para tornar o mundo da política internacional mais compreensível. Hoje, essa assertiva é ainda mais verdadeira se considerarmos que a maioria das universidades públicas e privadas assina bases de dados que franqueiam acesso ao estado da arte da produção periódica – recurso que as gerações anteriores certamente não tiveram de forma tão democrática.<sup>1</sup> O que talvez seria chocante para o observador externo é como o uso dessas ferramentas é extremamente parcimonioso em debates públicos de temas contemporâneos. Conceitos básicos como *balancing* ou regimes internacionais são raramente utilizados nos artigos publicados na imprensa escrita ou em entrevistas na TV. Também há o complicador de grande parte dessas contribuições, na verdade, vir de acadêmicos que nunca trabalharam na área de relações internacionais ou que nunca estudaram na academia o assunto a que é convidado a comentar. Temos especialistas em segurança internacional sem nenhuma formação em economia política falando dos encontros monetários do G-20, historiadores da América Latina comentando o equilíbrio de poder no Oriente Médio, cientistas políticos especializados em sistemas políticos domésticos analisando estratégias globais de combate ao terrorismo e por aí vai.

O segundo aspecto suscitado no artigo de Wanderley Reis que vale a pena examinar é a assertiva de que há, na área de RI, um “empenho difuso” que tenta “separar a política externa de eleição e ideologia”, havendo o esforço de definir um determinado interesse nacional como dado e consensual. Aqui, entramos em um campo específico

<sup>1</sup> Uma lista inicial dos disponíveis inclui *World Politics, International Security, International Organization, Security Studies, Review of International Studies, Foreign Policy Analysis, Journal of Interdisciplinary History, International Studies Quarterly, Journal of Economic History, Diplomatic History, Cold War History, Journal of Cold War Studies, Millennium, BJPIR, World Trade Review, Third World Quarterly, EJIR, Journal of International Studies, APSR* e o *The International History Review*.

do campo de RI: a análise da política externa brasileira (PEB), ou, para alguns, as relações internacionais do Brasil. Obviamente, essa é a área mais desenvolvida de RI no Brasil – a maioria dos outros nichos traz não mais que uma glosa das abordagens, teorias e narrativas dos grandes centros de pesquisa externos sem impacto algum nos debates internacionais. Para os que militam na PEB, o argumento de Reis deveria ser redesenhado para lidar com dois tipos de situações. Primeiro, temos a PEB como campo normativo, no qual argumentamos como essa determinada política de estado deveria ser. Segundo, temos a PEB como objeto de estudo. No primeiro aspecto, não há nenhuma premissa, esforço ou postulado a definir aspectos da política externa como sacrossantos, dados, consensuais ou imutáveis. Tampouco existe a arrogância pretensamente tecnocrática e autoritária de resistência ao debate democrático. O debate normativo é sempre celebrado e isso é visível em períodos eleitorais, quando se tem a expectativa de que o tema faça parte das agendas dos candidatos e seja objeto de confronto e de debate de ideias. Infelizmente, a atenção ao tema é sempre menor do que a desejada. E a mesma situação ocorre na sociedade. Mesmo questões relevantes, como a participação de centenas de brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) esteve ausente do menu de debates nacionais na sociedade.

Do ponto de vista da análise da produção científica, todavia, há sim a tese de que algumas premissas pelas quais a política externa brasileira se guiou no passado e se guia no presente têm certo consenso tanto na comunidade epistêmica como na de decisores públicos. Isso não é algo normativo, arrogante e tecnocrático. É uma constatação, uma conclusão de extensa literatura. Esses consensos não atingem todo e qualquer problema de política externa e tampouco são significativos já que muitos são lugares comuns – como a relação entre política externa e desenvolvimento econômico. A que se deve tal situação? Além da falta de interesse já identificada acima, fica nítido que a falta de rupturas significativas na condução dos grandes temas ao longo da história recente brasileira, a despeito das transições de regime, é uma das principais explicações para alguns consensos. Essa continuidade decorre de certo modo do fato de o Brasil contar com um corpo diplomático bastante hierárquico e com papel de relevo na formulação da política externa. Nesse processo, leva-se muito em conta o papel dos antecedentes em uma cultura centralizada nos gabinetes do ministro de estado e do secretário geral do órgão, daí a razão de haver uma progressiva conformação a determinados parâmetros de inserção internacional. Sem estar envolvida em conflitos armados, sem ter potenciais inimigos, com uma fronteira pacificada e não compartilhando de ideologias de confrontação, a sociedade brasileira acaba muitas vezes aquiescendo a essa comunidade de técnicos que operam o dia-a-dia dos grandes temas da agenda.

O que pode ser problemático, nesses termos, é a forma pela qual o Itamaraty consegue não só determinada autonomia frente a uma classe política pouco disposta a chamar para si responsabilidades na área de política externa como a aprovação e a cooptação de acadêmicos diante de suas decisões. Com efeito, um dos maiores desafios acadêmicos hoje para o estudante da política externa brasileira é compreender a política de legitimação empreendida pelo ministério das relações exteriores. A curiosa ausência de uma visão crítica da política externa brasileira na academia pode decorrer, em parte, do ativismo do ministério em publicar e propagar sua própria visão histórica da PEB por intermédio de livros e palestras. Por outro, esse também é o resultado da boa qualidade dos trabalhos dos diplomatas que se aventuram na academia. De Araújo Castro a Eugênio Vargas Garcia – passando, é claro, por Gelson Fonseca Jr. – temos numerosos exemplos de servidores que conseguiram produzir artigos em revistas internacionais e nacionais relevantes e de grande impacto, formatando discurso convincente sobre os fundamentos da inserção internacional brasileira. Por incrível que possa aparecer, o maior perigo da disciplina não é ficar a reboque da discussão jornalística, como defende Wanderley Reis, mas associar-se demasiadamente à versão oficial propagada pelo Itamaraty.

Associado a essa discussão, também é oportuno questionar até que ponto a disciplina acadêmica de relações internacionais no Brasil contribui para a condução da PEB. Esse aspecto não deve ser minimizado. Se há um domínio de utilidade para a disciplina ele é certamente relacionado à forma como ela influencia a tomada de decisão da

diplomacia. No caso americano, há grandes debates sobre como a evolução da disciplina de relações internacionais ocorre em ambiente de redução crescente de sua utilidade para decisores públicos. Com efeito, na década de 1950 a obra clássica de Morgenthau – *Politics among nations* – era o livro de cabeceira para a comunidade decisória de Washington; agora, a influência da academia é reduzida e resumida a nichos muito específicos, como controle de armamentos e não-proliferação nuclear, a despeito da elevação exponencial de doutores, publicações e utilização de tecnologias de comunicação de ponta (Carpenter e Drezner: 2010; Leggold e Nincic: 2001, 2).

No Brasil, a situação é ainda pior. Na década de 1950, quando diplomatas como Miguel Osório lutavam para avançar uma agenda reformista na chancelaria, eles buscavam uma separação do processo de formulação da política externa da atividade de execução. A ideia deles era escolher um núcleo de diplomatas para atuar no planejamento da PEB, retirando-os das atividades do dia-a-dia para trabalhar em atividades mais especulativas que pudessem dar direcionamento estratégico ao órgão. Nesse esforço, havia a concepção de que o conhecimento produzido na academia, em especial na economia, poderia dar grandes contribuições ao processo decisório, tornando-o menos reativo (Batista: 1968). <sup>2</sup>As ideias desses diplomatas nunca chegaram a ser implementadas de fato e o sonho de uma política externa “científica” que aproveitasse o conhecimento acadêmico disponível para sua formulação não perdurou.

A situação desde então deve ser descrita por dois pontos de vista distintos. O primeiro é a demanda que existe no aparato estatal por conhecimento especializado – qual sua natureza e especificidade. O segundo é a oferta que há hoje na disciplina de RI no Brasil para atender essa demanda. Esses dois pontos de vista localizam-se em *ethos* significativamente distintos. O diplomata está em uma comunidade focada no avanço do interesse nacional, em que o conhecimento subordina-se a esse objetivo. Este deve ser prático, objetivo e sem complexidade teórica e conceitual. Nas divisões e departamentos geográficos do Itamaraty, seu interesse muitas vezes é satisfeito com buscas ao CIA Factbook, ao The Economist Intelligence Unit, ao Wikipedia e aos antecedentes do ministério. Nas áreas temáticas e nos centros decisórios, além dessas fontes há o esforço de pesquisa nos periódicos especializados da Ebsco, base de dados assinada pelo ministério, e nos documentos produzidos por organismos internacionais. Deve-se relevar também o fato de as atividades dos diplomatas dessas áreas em grande parte serem pautadas pelos escritos e discursos emanados do Presidente da República, do Ministro de Estado e do Secretário Geral do Ministério. São eles que informam uma visão de mundo específica e os grandes direcionadores das atividades de como a política deve ser orientada.

Na academia, a missão é aumentar o conhecimento sobre um determinado assunto e não a capacidade desse conhecimento influenciar ou controlar eventos. O acadêmico comumente oferece conhecimento demasiado teórico, pouco prescritivo e escrito em jargão conceitual inacessível. Ele geralmente ignora como o processo decisório é realizado no âmbito nacional e internacional e tende a exagerar o impacto da racionalidade. Seus escritos são geralmente direcionados para determinado nicho da comunidade acadêmica e não para a audiência específica de decisores (George: 1993). No Brasil, a oferta de trabalhos que atenda à demanda dos decisores é ainda mais reduzida pelo baixo nível da qualidade de outros níveis que não a PEB. Trabalhos nas áreas de geopolítica, desarmamento, segurança internacional, negociações comerciais, finanças internacionais, política comparada, meio ambiente e direito internacional, salvo algumas exceções, deixam muito a desejar se contrapostos com a literatura internacional. Muitas vezes são nada mais que glosas pouco sofisticadas dessa literatura, internalizando em português os debates desses temas. Para confirmar a situação acima descrita, basta examinar o número de acadêmicos brasileiros com contribuições recorrentes nos grandes periódicos dessas áreas. Os especialistas em

2 Decreto Nº 47.297, de 28 de novembro de 1959. Diário Oficial. 28 de novembro de 1959. A iniciativa brasileira decorreu da experiência em outras chancelarias, especialmente a americana, e é um tema ainda pouco estudado. Para a experiência internacional ver: Balloch e Angell: 1992; Bloomfield: 1978; Brady: 1977; Drezner: 2009; Kalicki: 1977; Madar e Stairs: 1977; Pugliaresi e Berliner: 1989.

regiões e em países também sofrem do mesmo problema. Temos especialistas em China, Rússia, África, Oriente Médio e Ásia sem as habilidades lingüísticas mínimas para compreender a complexa realidade desses países, quanto mais formular conhecimento prático para decisores. Do ponto de vista metodológico, a situação é ainda mais complicada, tanto pela falta de rigor nos estudos qualitativos como pela inexistência de contribuições em métodos quantitativos. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa situação não é privilégio brasileiro (Breitenbauch e Wivel: 2004; Friedrichs: 2004; Hoffmann: 1977; Huang: 2007; Krippendorf: 1987; Telò: 2009; Waever: 1998). Por fim, cumpre também considerar que a qualidade dos trabalhos realizados na área de relações internacionais no Brasil não difere muito da situação da própria ciência política e das ciências sociais no país, considerada a primeira por um observador como impregnada pela “ausência de métodos e de rigor” e a segunda por uma “feição historiográfico-jornalista” pelo próprio Wanderley Reis (Dillon: 2005, 27-28; Reis: 1991).

A área de PEB escapa dessa irrelevância. Desde os estudos para a carreira diplomática, os futuros servidores públicos lêem bastante os trabalhos da área, em especial a história da política externa brasileira, e há sempre a busca da produção científica nacional, o que é explicado pelo fato de a atividade decisória ser profundamente calcada em antecedentes, ou seja, em como o país atuou anteriormente em situações semelhantes.

O terceiro aspecto digno de nota no artigo de Wanderley dos Reis é um comentário do autor direcionado não ao estudo das relações internacionais no Brasil, mas aos fundamentos da disciplina em geral. Ele refere-se a uma suposta premissa disciplinar de compreender “entidades coletivas nacionais” como “atores singulares”, à adesão de um “realismo egoísta como postulado” e o cálculo racional atribuído à coletividade. É nas considerações do autor sobre essa questão que se demonstra sua ignorância sobre os desenvolvimentos da disciplina.

A utilização da equivalência do Estado a um indivíduo com determinados atributos está longe de ser consensual ou adotada indiscriminadamente. Há inúmeros estudos que problematizam a questão de forma profunda desde o início da disciplina. Em seu clássico estudo, Arnold Wolfers já considerava que “se os estados-nações fossem vistos como únicos atores [da disciplina], movendo ou sendo movidos como peças de um jogo de xadrez altamente abstrato, poder-se-ia perder a noção dos seres humanos que jogam ou para quem são jogados a partida [de xadrez]” (Wolfers: 1962, 3). Mas as defesas dessa abordagem são tudo menos “infantis”, como considera Wanderley Reis. Na década de 1990, Erik Rigmar argumentava que o Estado entendido como um indivíduo era uma ferramenta metafórica com grande poder explanatório se utilizada adequadamente (Ringmar: 1996). Já o teórico Alexander Wendt é certamente um dos que mais contribuiu para a tese de que não há escapatória para o uso da ficção, e mesmo se não utilizada os Estados são atores com intenção e propósito, defendendo isso a partir de uma perspectiva não-reduzitiva fisicanalista estruturada em doutrinas filosóficas de superveniência e emergência (Wendt: 2004, 315). A posição de Wendt, no entanto, foi criticada nesse ano por Ulrich Franke e Ulrich Roos, que defendem um modelo ontológico pragmático tripartite: 1) estruturas de práticas corpóreas (*structures of corporate practice*) como estados; 2) seres humanos como atores únicos; 3) e processos compreendidos como a interação dialética entre estruturas e atores (Franke e Roos: 2010). A disciplina também não ficou imune ao avanço das abordagens pós-estruturais e pós-modernistas que varreram as ciências sociais. Uma avalanche de debates epistemológicos examinaram todos os aspectos da disciplina, inclusive a metáfora de equivalência (Rosenau: 1990).

A metáfora do estado como pessoa como ferramenta analítica de qualquer forma já foi descartada desde a década de 1960, quando se percebeu, no campo específico da análise da política externa, que tinha pouco alcance explicativo para lidar com vários problemas de pesquisa da política internacional. Hoje, todos os que atuam no campo compreendem que existem diversos níveis de análise nos quais se pode estruturar a explicação dos nossos objetos de estudo, partindo desde a psicologia do indivíduo até o sistema internacional como um todo. E mesmo quando utilizada, a metáfora não necessariamente é associada ao modelo do ator racional, como o autor argumenta (Allison e Zelikow: 1999; Hudson: 1997; 2007; Jervis: 1976; 1997; Moul: 1973; Singer: 1961; Waltz: 1959).

O texto de Wanderley Reis é muito confuso e estamos muito longe do infantilismo e do realismo tosco que o autor identifica. Não é adequado falarmos de irrelevância da crítica, mas certamente ainda estamos longe de um exame como o realizado por Barry Eichengreen.<sup>3</sup>

## Bibliografia

- Allison, Graham T. e Zelikow, Philip. *Essence of decision: explaining the cuban missile crisis*. New York: Longman, 1999.
- Almeida, Paulo Roberto de. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.41, n. 1, p. 11-36. 1993.
- Balloch, Howard e Angell, David. Foreign policy planning and coordination in Canada: the Policy Planning Staff at External Affairs. *Canadian Public Administration*, v.35, n. 4, p. 449-463. 1992.
- Barros, Alexandre de S.C. El estudio de las relaciones internacionales en Brasil. In: Perina, Ruben. *El estudio de las relaciones internacionales en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-americano, 1985. p. 49-69.
- Batista, Paulo Nogueira. *Documentos relativos às atividades de planejamento da política externa*. Rio de Janeiro: MRE. Secretaria Adjunta para o Planejamento Político, 1968.
- Bloomfield, Lincoln P. Planning foreign policy: can it be done? *Political Science Quarterly*, v.93, n. 3, p. 369-391. 1978.
- Brady, Linda P. Planning for foreign policy: a framework for analysis. *International Journal*, v.829-848, n. 32, p. 4. 1977.
- Breitenbauch, H. O. e Wivel, A. Understanding national IR disciplines outside the United States: political culture and the construction of International Relations in Denmark. *Journal of International Relations and Development*, v.7, n. 4, p. 414-443. 2004.
- Carpenter, Charli e Drezner, Daniel W. International Relations 2.0: The Implications of New Media for an Old Profession. *International Studies Perspectives*, v.11, n. 3, p. 255-272. 2010.
- Cervo, Amado Luiz. A historiografia brasileira das relações internacionais. *Revista Interamericana de Bibliografia*, v.43, n. 3, p. 393-409. 1992.
- Cheibub, Zairo Borges e Lima, Maria Regina Soares de. *Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção externa acadêmica (mimeo)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983.
- Dillon, Gláucio Ary. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v.48, n, p. 27-52. 2005.
- Drezner, Daniel W. *Avoiding trivia: the role of strategic planning in American foreign policy*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2009.
- Eichengreen, B. J. Dental hygiene and nuclear war: how international relations looks from economics. *International Organization*, v.52, n. 4, p. 993-1012. 1998.
- Fonseca Jr., Gelson. Studies on international relations in Brazil: recent times (1950-80). *Millenium: Journal of International Studies*, v.16, n. 2, p. 273-280. 1987.
- Franke, Ulrich e Roos, Ulrich. Actor, structure, processes: transcending the state personhood debate by means of a pragmatist ontological model for international relations theory. *Review of International Studies*, v.36, n. 4, p. 1057-1077. 2010.
- Frieden, Jeffrey A. e Lake, David A. International relations as a social science: rigor and relevance. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v.600, n. 1, p. 136-156. 2005.

3 Não discuto aqui a relação desse método com o que ele denomina de exclusão “de seu horizonte de tolerância como virtude cívica crucial”.

- Friedrichs, Jorg (Ed.) *European approaches to international relations theory: a house with many mansions*. New York: Routledge. 2004.
- George, Alexander L. *Bridging the gap: theory and practice in foreign policy*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 1993.
- Herz, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v.24, n. 1, p. 7-40. 2002.
- Hoffmann, S. An American social science: international relations. v.106, n. 3, p. 41-60. 1977.
- Huang, X. The invisible hand: modern studies of international relations in Japan, China, and Korea. *Journal of International Relations and Development*, v.10, n. 2, p. 168-203. 2007.
- Hudson, Valerie M. Culture and foreign policy: developing a research agenda. In: Hudson, Valerie M. *Culture and foreign policy*. London: Lynne Rienner, 1997. p. 1-24.
- Hudson, Valerie M. *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*. Lanhan: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.
- Jervis, Robert. *Perception and misperception in international politics*. Princeton: Princeton University Press, 1976.
- Jervis, Robert. *System effects: complexity in political and social life*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- Kalicki, Jan H. The State Department Policy Planning Process. *International Journal*, v.32, n. 4, p. 849-858. 1977.
- Krippendorff, Ekkehart. The dominance of American approaches in international relations. *Millenium: Journal of International Studies*, v.16, n. 2, p. 207-214. 1987.
- Lepgold, Joseph e Nincic, Miroslav. *Beyond the ivory tower: international relations theory and the issue of policy relevance*. New York: Columbia University Press, 2001.
- Lessa, Antônio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.48, n. 2, p. 169-184. 2005.
- Madar, Daniel e Stairs, Denis. Alone on killers' row: the Policy Analysis Group and the Department of External Affairs. *International Journal*, v.32, n. 4, p. 727-755. 1977.
- Miyamoto, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, v.12, n. 1, p. 83-98. 1999.
- Miyamoto, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, v.20, n. 1, p. 103-114. 2003.
- Moul, William B. The Level of Analysis Problem Revisited. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, v.6, n. 3, p. 494-513. 1973.
- Pugliaresi, Lucian e Berliner, Diane T. Policy analysis at the department of state: The policy planning staff. *Journal of Policy Analysis and Management*, v.8, n. 3, p. 379-394. 1989.
- Reis, Fábio Wanderley. O Tabela e a Lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n. 2, p. 1991.
- Reis, Fábio Wanderley. Política externa, de novo. *Valor Econômico*, 22 de março de 2010.
- Reis, Fábio Wanderley. Política externa, democracia e relevância. *Política Externa*, v.19, n. 2, p. 55-68. 2010b.
- Ringmar, Erik. On the Ontological Status of the State. *European Journal of International Relations*, v.2, n. 4, p. 439-466. 1996.
- Rosenau, Pauline. Once again into the fray: international relations confronts the humanities. *Millenium: Journal of International Studies*, v.19, n. 1, p. 83-110. 1990.
- Santos, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*, v.24, n. 1, p. 11-39. 2005.



- Santos, Norma Breda dos e Fonseca, Fúlvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v.31, n. 2, p. 353-380. 2009.
- Singer, J. David. The Level-of-Analysis Problem in International Relations. *World Politics*, v.14, n. 1, p. 77-92. 1961.
- Telò, Mario. *International relations: a European perspective*. Farnham: Ashgate, 2009.
- Waeber, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, v.52, n. 04, p. 687-727. 1998.
- Waltz, Kenneth Neal. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 1959.
- Wendt, Alexander. The state as person in international theory. *Review of International Studies*, v.30, n. 02, p. 289-316. 2004.
- Wolfers, Arnold. *Discord and collaboration: essays on international politics*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1962.
- Woods, Ngaire. The uses of theory in the study of international relations. In: Woods, Ngaire. *Explaining international relations*. Oxford: Oxford University Press., 1996. p. 9-31.

## Resumo

Artigo busca analisar a contribuição de Fábio Wanderley Reis, publicada na revista *Política Externa* no segundo semestre de 2010, sobre a área de Relações Internacionais no Brasil.

## Abstract

This article examines Fábio Wanderley Reis' contribution to *Política Externa* in the spring 2010 about the international relations' academic discipline in Brazil.

Palavras-chave: Relações Internacionais no Brasil, Ciências Sociais

Key-words: International Relations in Brazil; Social Sciences

Recebido em 12/12/2010

Aprovado em 16/01/2011

